

**COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 791, DE 2017**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2017  
(Do Sr. Leonardo Quintão)**

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a Medida Provisória nº 791, de 2017.

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos do Regimento Comum do Congresso Nacional e com fulcro no art. 255 e no art. 256, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública com a finalidade de discutir os impactos esperados no setor de mineração decorrentes da edição da Medida Provisória nº 791, de 2017.

Na oportunidade, solicito sejam convidados, em data a ser oportunamente agendada, representantes das entidades de classe empresarial ligadas à produção de bens minerais específicos tais como ferro, água mineral, rochas ornamentais, agregados para a construção civil, e gemas.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória nº 791, de 2017, objetiva instituir a Agência Nacional de Mineração - ANM, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, destinada a promover, controlar e fiscalizar as atividades do setor mineral brasileiro, previstas na Constituição Federal, nos Códigos de Mineração e de Águas Minerais e na legislação setorial correlata.

De acordo com a Exposição de Motivos que acompanha a matéria, a implementação da ANM seria a forma encontrada para modernizar



institucionalmente o setor mineral e estabelecer uma nova relação entre os agentes econômicos do setor e o Poder Concedente.

Em que pese os esclarecimentos constantes da referida exposição de motivos, entendemos imprescindível buscar informações mais detalhadas relativas aos os impactos esperados nas relações entre as entidades de classe do setor de mineração e o Poder Concedente decorrentes da edição da Medida Provisória nº 791, de 2017.

Nesse sentido, julgamos que os convidados elencados estariam aptos a prestarem os esclarecimentos que permitirão melhor compreensão da matéria pela sociedade e pelos membros desta Comissão.

Assim, convictos de que a Audiência Pública ora proposta contribuirá significativamente para os trabalhos de análise da MPV nº 791, de 2017, conduzidos nesta Comissão Mista, solicitamos o apoio dos Nobres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2017.

Deputado LEONARDO QUINTÃO